



CRISE DO IOF / Presidente da Câmara ameaça pautar derrubada do decreto na terça-feira e afirma que decisão será tomada pelas lideranças. Plano com alternativas à alta das alíquotas pode sair hoje em reunião com Alcolumbre e Haddad

O ultimato de Motta

» ISRAEL MEDEIROS
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O aumento desastrado das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva em maio foi o estopim para que os presidentes da Câmara e do Senado cobrassem do Executivo uma solução permanente para o descontrolado de gastos. O plano de trabalho pode sair hoje em uma reunião entre o presidente da Casa Baixa, Hugo Motta (Republicanos-PB), o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. As autoridades se reúnem no fim do dia na Residência Oficial da Câmara, em Brasília. **Leia mais na página 8**

A ideia do encontro de hoje é construir um acordo para bancar reformas estruturais, já que, em véspera de ano eleitoral, o Legislativo já avisou que não vai mais pagar a conta — em sentido político — da ganância do governo, que enfrenta uma crise de popularidade e aposta na expansão de programas sociais para melhorar sua imagem.

“Nos últimos dias, tivemos a oportunidade de realmente entrar nessa agenda (de reformas). E isso, penso eu, foi fortalecido, empurrado diante dessa última decisão do governo em mais uma vez anunciar aumento de impostos”, disse Motta, ontem, em evento do Grupo Esfera, no Guarujá (SP). Apesar de reconhecer que o crescimento desenfreado de despesas obrigatórias não começou no atual governo, ele defendeu que já é hora de resolver o problema.

“Chegamos a um ponto de inflexão. Estamos em uma encruzilhada e chegou a hora de decidir o nosso destino. Esse é um dos raros momentos em que o país precisa escolher entre adiar o inevitável ou enfrentar o inadiável”, disse o presidente da Câmara. Ele argumentou, ainda, que o país está “aprisado” pelos “interesses de poucos em detrimento de muitos”. O modelo atual, afirmou, é de um Estado que “gasta muito, entrega pouco e cobra cada vez mais de quem produz”.

Motta afirmou ainda que a Casa pode pautar a votação de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para revogar o aumento do IOF e que decisão será tomada por líderes partidários. Caso isso ocorra, o parlamentar projetou que o tema será levado à votação já na terça-feira.

Diante da plateia de empresários e banqueiros, o presidente da Câmara também pediu apoio para “mobilizar a sociedade” em torno do assunto, já que as medidas, segundo ele, serão autênticas para uma parcela da população. O que veio a seguir foi uma defesa enfática de uma reforma administrativa e da

Ian Rassari/Grupo Esfera



Está “tudo acertado”, garante Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, em Paris, que está “tudo acertado” quanto ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), tema central das negociações fiscais do momento. “Você pode estar certo de que vai acontecer exatamente o que nós acertamos, sem brigas, sem conflito, apenas fazendo aquilo o que tem que ser feito, conversar, encontrar uma solução e resolver”, afirmou a jornalista ao ser questionado se o governo tem uma proposta alternativa para evitar a derrubada da alta do tributo no Congresso.

O petista citou a reunião no Palácio da Alvorada esta semana para discutir o IOF, com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além de Gabriel Galípulo, do Banco Central, e Rui Costa, da Casa Civil. “Foi uma belíssima reunião. Está tudo acertado”, disse Lula hoje em Paris.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, por sua vez, foi menos incisivo ao dizer que as discussões sobre medidas que podem substituir a alta do IOF estão “bem encaminhadas”. Em entrevista coletiva durante visita à Mistercryl, em Brasília, frisou que o governo busca o equilíbrio das contas públicas por meio de um diálogo aberto com o Congresso. “A solução virá pelo método ideal: melhorar receita com eficiência e reduzir despesa, melhorando a eficiência do gasto público.”

Ele reforçou que essa estratégia inclui tanto o aumento da arrecadação quanto o corte inteligente de despesas, sem detalhar quais medidas específicas seriam adotadas.

O vice-presidente também apontou o papel do diálogo na condução das negociações: “Quero destacar a prova de maturidade, de amadurecimento, o diálogo é o bom caminho, ouvir, dialogar e resolver, quem ouve mais erra menos.”

Ele comentou que “o objetivo do governo é cumprir o arcabouço fiscal, ou seja, déficit zero”, destacando a importância dessa meta para conter a inflação e evitar o aumento do endividamento público. “Essa é a boa política do ponto de vista econômico, não gastar mais do que arrecada”, frisou.

revisão de isenções tributárias — dos quais vários dos presentes no evento são beneficiários, direta ou indiretamente.

“Nós estamos colocando na mesa de discussão um corte nas isenções fiscais que ao longo do tempo foram dadas em nosso país. Isenções essas que chegam a um número não mais possível de suportar pelas contas do nosso país. Isenções essas que não têm o mínimo acompanhamento sobre o retorno e a contrapartida que deve ser dada por quem as recebe a nossa sociedade, a nossa população”, disparou.

Na terça-feira passada, quem defendeu a revisão das isenções foi o ministro Fernando Haddad, que já havia iniciado conversas sobre o assunto com os presidentes da Câmara e do Senado. Mencionou que o governo descobriu uma “caixa-preta” de R\$ 800 bilhões em isenções fiscais para diversos setores.

“Meritocracia”

O tema das isenções, no entanto, é espinhoso. Em 2023, quando o governo Lula tentou revogar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, o lobby foi implacável. Os setores envolvidos



Chegamos a um ponto de inflexão. Estamos em uma encruzilhada e chegou a hora de decidir o nosso destino. Esse é um dos raros momentos em que o país precisa escolher entre adiar o inevitável ou enfrentar o inadiável”

Hugo Motta, presidente da Câmara

defenderam suas isenções e conseguiram adiar a validade da desoneração (que começou em 2011) até 2027. A renúncia custará, de 2024 a 2027, R\$ 55 bilhões, segundo os cálculos do governo. O Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) é outro exemplo: criado para auxiliar o setor de eventos durante a pandemia,

permaneceu em funcionamento até abril deste ano e vigoraria até 2027 se não fosse um limite, estabelecido pelo governo, de R\$ 15 bilhões em renúncias fiscais.

Hugo Motta também disse ontem que a Câmara terá, em até 40 dias, um texto preliminar da reforma administrativa, outro tema que pode complicar a vida da articulação política de Lula. O Planalto quer fugir de desagradar a categorias do setor público a pouco mais de um ano das eleições. O enfoque da reforma, segundo Motta, será modernizar o sistema público, importando soluções da iniciativa privada e instituindo a “meritocracia”. “Nós precisamos instituir a meritocracia no serviço público, nós precisamos modernizar. Para que ao menor custo, se consiga entregar serviços de mais qualidade à nossa população”, frisou.

A fala de Motta veio poucos dias após a Câmara e o Senado aprovarem reajustes para servidores do Executivo que devem custar aos cofres públicos R\$ 74 bilhões nos próximos três anos. O Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa na Câmara é coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e terá a primeira audiência pública na terça-feira.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Desafio intelectual na política é romper o dogmatismo e a intolerância

Em quase todos os momentos importantes da história do Brasil, alguns intelectuais se destacaram pelo esforço de produzir uma síntese da realidade do país e inspiraram as suas respectivas gerações a levarem adiante um projeto de nação. Não foi pouca coisa, num país no qual a primeira universidade foi criada apenas em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (com a união da Escola Politécnica à Escola de Medicina e à Faculdade de Direito), pela necessidade de conceder o título de doutor honoris causa ao rei Alberto I da Bélgica.

Fazem parte dessa constelação, entre outros, Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil* — 1936), com seu estudo sobre a formação do caráter nacional; Gilberto Freyre (*Casa-Grande & Senzala* — 1933); Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo* — 1942); Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil* — 1959); Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder* — 1958); e Nelson Werneck Sodré (*História da Burguesia Brasileira* — 1964).

Esses autores são revisitados quase como um dever de casa, seja como suporte para novas análises, seja para a revisão de suas teses. Entretanto, hoje, são raros os exemplos de esforço de novas sínteses sobre o Brasil. Talvez o mais recente e importante seja *História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos* (Estação Brasil), de Jorge Caldeira, que repensa teses consagradas e reconstrói a interpretação de nossa economia colonial, do Segundo Império, da República Velha e da Era Vargas.

A grande maioria dos ensaios e teses acadêmicas, que se multiplicam, fragmenta a compreensão da realidade brasileira, num momento em que o país carece de uma elite política, empresarial e intelectual coesa e capaz de liderar, em bases democráticas, um novo ciclo histórico de desenvolvimento. O fantasma da modernização autoritária está à nossa espreita, como no Estado Novo e no regime militar, num momento perigoso da política mundial.

Seja com a recidiva de Donald Trump na Casa Branca ou a emergência da Nova Rota da Seda de Xi Jinping, sem falar em Vladimir Putin, no Kremlin, e Benjamin Netanyahu, em Jerusalém, autoritarismo hegemônico e a economia e a política mundial e a democracia no Brasil corre novos riscos. Nossos intelectuais, porém, estão apartados da política ou aderiram à intolerância ideológica; pouco se faz para repensar seriamente o Brasil na nova ordem mundial e oferecer um rumo às elites empresarial e política.

No seu livro *A Mente Imprudente* (Record), o sociólogo Mark Lilla, da Columbia University (EUA), tenta entender o papel dos intelectuais na política a partir da trajetória de alguns dos mais importantes pensadores do século XX. Nele, critica o “teólogo político secular”, aqueles intelectuais que substituíram a fé religiosa por uma crença quase messiânica em projetos políticos radicais.

O dogma brando

Lilla argumenta que grandes intelectuais abandonaram o ceticismo e a prudência no século passado, em favor de visões políticas redentoras. Esse impulso os levou à negação das limitações humanas e institucionais, e à legitimação de regimes brutais. Carl Schmitt, um especialista em direito ainda muito estudado, defendeu um estado sem direito para boa parte de sua população: o nazista. Martin Heidegger, amante e mentor da jovem Hannah Arendt, entrou no partido nazista e cortou todas as suas relações com colegas judeus. Walter Benjamin tinha simpatia ambígua pelo messianismo e manteve-se fiel ao stalinismo. Michel Foucault flertou com a Revolução Iraniana de Khomeini; e Jacques Derrida se omitiu frente a regimes repressivos.

As certezas ideológicas carregam o perigo da intolerância, critica Mark Lilla. O papel do intelectual não é apenas criar e propagar ideias, mas também assumir a responsabilidade por seus impactos. “O intelectual prudente equilibra idealismo e pragmatismo; o imprudente, se entrega a utopias sem considerar os custos humanos”, compara.

Em 2016, em Paris, Lilla revisitou

suas próprias obras e escreveu um posfácio no qual contextualiza o atual ambiente intelectual. Segundo ele, com o fim da guerra fria, o radicalismo foi substituído por uma espécie de “dogma brando”, com princípios liberais básicos como o caráter sagrado do indivíduo, a prioridade da liberdade e a desconfiança em relação à autoridade pública”. Isso é politicamente democrático, mas carece de consciência das fraquezas da democracia e da maneira como pode causar hostilidade e ressentimento.

O “dogma brando” se tornou um caldo de cultura para a tirania. Não leva em consideração as instituições nem a relação entre o individual e o coletivo, o chamado bem comum. Sua simplicidade é antipolítica e o anti-intelectual, o que explica o fato de conquistar muitos seguidores: fundamentalistas do “estado mínimo” e anarquistas de esquerda, libertários absolutistas e evangelistas neoliberais, todos politicamente radicais.

Suas diferenças são insignificantes, têm em comum o preconceito em relação ao outro. O “dogma brando” inspira ignorância e falta de empatia. E o autotengano em relação a isso tira os intelectuais do caminho.